

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
DE RIBEIRÃO PRETO
EDITAL ATAc 007/17– CONCURSO DE LIVRE
DOCÊNCIA
ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO DE
TÍTULOS E PROVAS VISANDO A OBTENÇÃO DO
TÍTULO DE LIVRE DOCENTE, NO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DA
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E
LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

O Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto torna público a todos os interessados que, de acordo com o decidido pela Congregação em sessão ordinária realizada em 08/09/2015, estarão abertas por noventa dias, de 01/03 a 29/05/2017, das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30, de segunda-feira a sexta-feira, nos dias úteis na Faculdade, as inscrições ao concurso público para obtenção de Título de Livre Docente junto ao Departamento de Psicologia, para as áreas de conhecimento, nos termos do Regimento Geral da USP e do Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, abaixo relacionadas:

Área de Psicologia Organizacional e do Trabalho

1. A história da Psicologia Organizacional e do Trabalho
2. A evolução da pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho
3. Questões metodológicas em Psicologia Organizacional e do Trabalho
4. Questões éticas em Psicologia Organizacional e do Trabalho
5. Saúde Mental no Trabalho
6. Qualidade de Vida no Trabalho
7. Ergonomia
8. Treinamento, Desenvolvimento e Educação de Pessoas
9. Trabalho e Aposentadoria
10. Gestão de Pessoas: subsistemas de desenvolvimento, movimentação e valorização
11. Temas contemporâneos em Psicologia Organizacional e do Trabalho
12. A atuação do Psicólogo nas Organizações: limites e potencialidades

Área de Terapia Cognitivo-Comportamental

1. Histórico e pressupostos das abordagens cognitivo-comportamentais
2. Semelhanças e diferenças entre as abordagens cognitivas e comportamentais
3. Vertentes teóricas das abordagens cognitivo-comportamentais
4. Pressupostos teóricos da Terapia Cognitivo-Comportamental
5. Avaliação cognitiva e conceitualização em Terapia Cognitivo-Comportamental
6. Terapia Cognitivo-Comportamental em transtornos ansiosos de acordo com o DSM 5
7. Terapia Cognitivo-Comportamental em transtornos depressivos de acordo com o DSM 5
8. Terapia Cognitivo-Comportamental em grupos
9. Terapia Cognitivo-Comportamental em contextos de saúde e educação

10. Indicações da Terapia Cognitivo-Comportamental
11. Especificidades da Terapia Cognitivo-Comportamental com crianças e adolescentes
12. Manejo clínico e relação terapêutica na Terapia Cognitivo-Comportamental

Área de Etologia

1. Etologia: princípios e evolução histórica
2. Organização do comportamento: instinto e aprendizado
3. Métodos etológicos: observação, descrição e amostragem do comportamento
4. Abordagem evolutiva: função adaptativa e evolução filogenética
5. Desenvolvimento do comportamento: o eixo genético-ontogenético-fisiológico
6. Escolha do habitat, comportamentos de defesa e anti-predação
7. Seleção natural, seleção de grupo e outros mecanismos evolutivos;
8. Estratégias de forrageamento e predação e o comportamento alimentar humano
9. Evolução da comunicação e a bioacústica
10. Comportamento reprodutivo e os sistemas de acasalamento
11. Investimento parental e a evolução do comportamento parental
12. Socialidade e evolução do comportamento social
13. Cognição e a evolução da mente humana

Área de Psicologia Forense e Criminal

1. Histórico das relações entre Psicologia e Direito
2. Psicologia do Testemunho
3. Histórico dos direitos das crianças e dos adolescentes
4. Testemunho infantil em casos de abuso sexual
5. Separação / divórcio e disputa de guarda
6. Maus tratos a crianças: suspensão e destituição de poder familiar
7. História das ideias sobre o crime e o criminoso: da idade média ao século XIX
8. Criminalidade: as proposições científicas no século XX E XXI
9. A reação social ao crime: a rotulação e o posicionamento radical
10. As teorias clássicas sobre personalidade antissocial / criminal: Winnicott, Pinatel e Sutherland
11. A conduta delituosa: o Paradigma Desenvolvimental
12. Desenvolvimento da conduta delituosa em adolescentes: o papel da família
13. Desenvolvimento da conduta delituosa em adolescentes: o papel da escola
14. Desenvolvimento da conduta delituosa em adolescentes: o papel dos pares de idade e das atividades e rotina
15. Desenvolvimento da conduta delituosa em adolescentes: moralidade e internalização das normas
16. A conduta delituosa e o uso de substâncias psicoativas
17. Adolescentes em conflito com a lei e Justiça Juvenil: a aplicação e execução de medidas socioeducativas
18. Delinquência e gênero

Área de Aspectos Biológicos no Estudo do Comportamento

1.a. Neuroanatomia Funcional (Neuroanatomia e Neurofisiologia)

- Divisão estrutural do sistema nervoso
- As células nervosas: estrutura, características e classificação
- Vascularização do Sistema Nervoso Central
- O potencial de repouso, a bomba de sódio e potássio e o potencial de ação
- Transmissão sináptica: Sinapse (elementos estruturais), ação sináptica excitatória e inibitória
- Divisão estrutural do sistema nervoso.
- Medula espinhal: aspectos anatômicos, topografia vértebro-medular e aspectos funcionais
- Tronco encefálico: anatomia macroscópica do bulbo, ponte e mesencéfalo; anatomia microscópica e aspectos funcionais
- Cerebelo: anatomia macroscópica; anatomia microscópica e aspectos funcionais
- Diencefalo: anatomia macroscópica do tálamo, hipotálamo, epitálamo e subtálamo; anatomia microscópica e aspectos funcionais
- Telencéfalo - Núcleos da base: aspectos anatômicos e funcionais
- Córtex cerebral: aspectos anatômicos e funcionais
- Nervos Cranianos
- Vias aferentes Sensoriais: visão, audição, olfação e gustação
- Vias aferentes Somáticas: pressão, propriocepção, tato, temperatura e dor
- Vias Eferentes motoras: Vias piramidal e extrapiramidal
- Sistema Nervoso autônomo

1.b. Psicofisiologia

- Emoções e o sistema límbico
- Hipotálamo e Homeostase e Regulação de ritmos circadianos
- Funções superiores do cérebro: Linguagem e Pensamento; Aprendizagem e Memória
- Comportamento alimentar
- Comportamento sexual

1.c. Psicofarmacologia

- Conceitos básicos em farmacologia: agonista, antagonista, receptor
- Antipsicóticos
- Antidepressivo e Antimaníacos
- Ansiolíticos
- Psicoestimulantes
- Anticonvulsivantes
- Analgésicos opióides
- Abuso e dependência de drogas

Área de Práticas Grupais: Teorias e Técnicas

1. História e evolução das práticas grupais: a construção do conhecimento sobre grupo na ciência psicológica
2. Conceitos de grupo, processo grupal e papel do coordenador na proposta de alguns autores da Psicologia: Lewin, Moreno, Bion, Pichòn-Riviére e Rogers
3. A compreensão de grupo, processo grupal e papel do coordenador em um enfoque construcionista social
4. A construção da mudança em terapia de grupo em um enfoque construcionista social
5. Terapia de grupo e fatores terapêuticos
6. Aspectos técnicos do trabalho com grupos: contrato grupal, critérios para composição, início e término, e aspectos éticos
7. O uso de técnicas de dinâmica de grupo: função, motivações para escolha e cuidados éticos
8. O emprego de práticas grupais em contextos de saúde e saúde mental

9. O emprego de práticas grupais em contextos sociais-comunitários e em contextos de ensino.

10. O emprego de práticas grupais na pesquisa: o grupo como técnica de coleta de dados

11. A família como grupo: práticas sistêmicas e pós-modernas em terapia familiar

12. A formação do psicólogo para o trabalho com grupos

Área de Psicologia do Desenvolvimento e Educação da Infância

1. Psicologia do Desenvolvimento como área de conhecimento
2. Psicologia do Desenvolvimento: métodos de investigação
3. Perspectivas dialéticas e a superação da dicotomia biológico-cultural nas teorias de Psicologia do Desenvolvimento
4. A perspectiva sócio-histórica de desenvolvimento e sua fundamentação
5. O outro e o meio no desenvolvimento psicológico
6. Desenvolvimento, cultura e educação da criança
7. História das políticas da educação infantil brasileira
8. A produção das desigualdades do atendimento na educação infantil brasileira
9. A construção recente da educação infantil das crianças do campo
10. A cidade como território educativo: a criança na e da cidade
11. As infâncias no/do campo e os territórios rurais
12. Práticas coletivas não formais de educação da infância

Área de Psicopatologia

1. Psicopatologia: constituição histórica do campo
2. Transtornos de ansiedade e de humor
3. Esquizofrenia e outros transtornos psicóticos
4. Transtornos por uso de substâncias psicoativas
5. Comorbidade: transtornos psiquiátricos e uso de substâncias psicoativas
6. Avaliação da pacientes com transtornos mentais
7. Psicopatologia, saúde mental e reforma psiquiátrica brasileira
8. Políticas públicas em saúde mental
9. Políticas públicas em álcool e drogas
10. Psicopatologia e o modo de atenção psicossocial em saúde mental
11. Práticas psicológicas em psicopatologia no contexto da saúde pública
12. Uso de drogas: clínica e sociedade

Área Percepção e Psicofísica

1. A Psicofísica e suas relações com a Psicologia e áreas afins.
2. A Psicofísica Fechneriana
3. A Psicofísica de S.S. Stevens
4. A Teoria de Detecção de Sinal
5. O sistema visual
6. A atenção visual
7. Sensibilidade ao contraste e suas implicações na percepção visual
8. Visão de Cores
9. Percepção Visual do movimento
10. Percepção e Reconhecimento de Faces
11. Percepção e Cognição do Espaço

Área de Psicologia Social

1. Panorama histórico da Psicologia Social
2. Problemas epistemológicos e desafios metodológicos da Psicologia Social

3. Ética em Psicologia Social
4. Práticas profissionais em Psicologia Social
5. Dinâmica de Grupo
6. Interação social
7. Análise Institucional
8. Identidade e alteridade
9. Linguagem e sociedade
10. Psicologia Comunitária
11. Psicologia política e ideologia

Área de Psicologia Escolar

1. História da Psicologia Escolar no Brasil.
2. Concepções contemporâneas da Psicologia Escolar.
3. A atuação do psicólogo diante da Queixa Escolar.
4. Etnografia e prática escolar.
5. As contribuições dos estudos etnográficos na compreensão do cotidiano escolar.
6. A Análise Institucional e suas contribuições para a Psicologia Escolar.
7. A Esquizoanálise e suas contribuições para a Psicologia Escolar.
8. A atuação do Psicólogo na Instituição Escolar.
9. Práticas grupais com alunos.
10. Práticas grupais com professores.
11. Atuação do psicólogo escolar em reuniões de pais de alunos.
12. Desenvolvimento de propostas ou programas de atuação para o psicólogo escolar.
13. Psicologia Escolar no Ensino Superior.
14. A Arte como mediação em Psicologia Escolar.
15. Psicologia Escolar e temas do cotidiano.

Área de Processos Psicodiagnóstico: Enfoque Avaliativo e Interventivo

1. Psicodiagnóstico Tradicional: histórico, caracterização, fundamentos, alcances e limites.
2. Psicodiagnóstico Interventivo: histórico, caracterização, fundamentos, alcances e limites.
3. Recursos técnicos para a avaliação da estrutura e da dinâmica da personalidade.
4. Contribuições das técnicas projetivas para a avaliação da família: o exemplo do CAT-A.
5. Therapeutic Assessment, Consultas Terapêuticas e Psicodiagnóstico Interventivo: afinidades e oposições.
6. O Procedimento de Desenhos-Estórias e suas formas derivadas: enfoque diagnóstico e interventivo.
7. O ensino do psicodiagnóstico: reflexões e desafios.
8. Os métodos projetivos nas pesquisas transculturais.
9. O uso de técnicas projetivas na pesquisa em Psicanálise.
10. O diagnóstico psicológico das patologias da contemporaneidade: os transtornos alimentares .
11. O diagnóstico psicológico das patologias da contemporaneidade: a tendência antissocial.
12. O psicodiagnóstico interventivo nas patologias da contemporaneidade: depressão e ansiedade.
13. Contribuições do Psicodiagnóstico Interventivo para o tratamento da Obesidade.
14. Validade e Confiabilidade do Psicodiagnóstico Interventivo.

O concurso será regido pelo disposto no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade de São Paulo e pelo Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto baixado pela Resolução n.º 4364, de 26 de março de 1997.

As inscrições serão feitas na Assistência Técnica Acadêmica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, na Avenida Bandeirantes, 3900 – Ribeirão Preto - SP, devendo o candidato apresentar requerimento dirigido ao Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, cujo modelo encontra-se disponível na página virtual da Faculdade (www.fccfclrp.usp.br/concursos), acompanhado dos seguintes documentos:

I – memorial circunstanciado, em dez cópias impressas, no qual sejam comprovados os trabalhos publicados, as atividades realizadas pertinentes ao concurso e as demais informações que permitam avaliação de seus méritos, devendo salientar o conjunto de suas atividades didáticas e contribuições para o ensino. Os candidatos deverão possuir uma outra cópia do material que entregarem na inscrição, para seu uso durante o concurso;

II – prova de que é portador do título de Doutor outorgado pela USP, por ela reconhecido ou de validade nacional;

III – prova de quitação com o serviço militar para candidatos do sexo masculino;

IV – título de eleitor e comprovante de votação da última eleição (dois turnos), prova de pagamento da respectiva multa ou devida justificativa;

V – dez exemplares impressos de tese original ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela.

Os docentes em exercício na USP, desde que tenham cumprido as exigências dos incisos III e IV por ocasião de seu contrato inicial, estão dispensados da apresentação dos documentos neles indicados. Os estrangeiros ficam também dispensados daquelas exigências.

No ato de inscrição, os candidatos portadores de necessidades especiais deverão apresentar solicitação para que se providenciem as condições necessárias para a realização das provas.

No ato da inscrição, os candidatos deverão entregar a documentação acondicionada em pastas, com indicação dos números dos documentos contidos em cada uma delas. Essa documentação permanecerá depositada na Assistência Técnica Acadêmica da Unidade, por 60 (sessenta) dias, a contar da ratificação da homologação do relatório final da comissão julgadora e acolhida a proposta de outorga do título pelo Reitor. Findo o prazo acima, e não havendo manifestação por parte dos inscritos para retirada da respectiva documentação, a mesma será descartada para reciclagem, em sua totalidade.

As inscrições serão julgadas pela Congregação, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão em edital.

O concurso deverá realizar-se após a aceitação da inscrição, no prazo de cento e vinte dias, de acordo com o art. 166 do Regimento Geral.

As provas constarão de:

I – prova escrita (peso 1);

II – defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela (peso 2);

III – julgamento do memorial com prova pública da arguição (peso 5);

IV – avaliação didática (peso 2).

A prova escrita, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, será realizada de acordo com o disposto no art. 139 e seu parágrafo único do Regimento Geral da USP.

I - a comissão organizará uma lista de dez pontos, com base no programa de concurso e dela dará conhecimento aos candidatos, vinte e quatro horas antes do sorteio do ponto;

II - sorteado o ponto, inicia-se o prazo improrrogável de cinco horas de duração da prova;

III - durante sessenta minutos, após o sorteio, será permitida a consulta a livros, periódicos e outros documentos bibliográficos;

IV - as anotações efetuadas durante o período de consulta poderão ser utilizadas no decorrer da prova, devendo ser feitas em papel rubricado pela comissão e anexadas ao texto final;

V - a prova, que será lida em sessão pública pelo candidato, deverá ser reproduzida em cópias que serão entregues aos membros da comissão julgadora, ao se abrir a sessão;

VI - cada prova será avaliada pelos membros da comissão julgadora, individualmente.

O candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação.

Na defesa pública de tese ou de texto elaborado os examinadores levarão em conta o valor intrínseco do trabalho, o domínio do assunto abordado, bem como a contribuição original do candidato na área de conhecimento pertinente.

Na defesa pública de tese ou de texto serão obedecidas as seguintes normas:

I - a tese ou texto será enviado a cada membro da comissão julgadora, pelo menos trinta dias antes da realização da prova;

II - a duração da arguição não excederá de trinta minutos por examinador, cabendo ao candidato igual prazo para a resposta;

III - havendo concordância entre o examinador e o candidato, poderá ser estabelecido o diálogo entre ambos, observado o prazo global de sessenta minutos.

O julgamento do memorial e a avaliação da prova pública de arguição serão expressos mediante nota global, atribuída após a arguição de todos os candidatos, devendo refletir o desempenho na arguição, bem como o mérito dos candidatos.

O mérito dos candidatos será julgado com base no conjunto de suas atividades, que poderão compreender:

I - produção científica, literária, filosófica ou artística;

II - atividade didática;

III - atividades de formação e orientação de discípulos;

IV - atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade;

V - atividades profissionais, ou outras, quando for o caso;

VI - diplomas e outras dignidades universitárias.

A comissão julgadora considerará, de preferência, os títulos obtidos, os trabalhos e demais atividades realizadas após a obtenção do grau de doutor.

A prova de avaliação didática destina-se a verificar a capacidade de organização, a produção ou o desempenho didático do candidato.

O procedimento de realização da prova de avaliação didática, prevista no item IV do artigo 82 do Estatuto, constará de um plano de aula, conjunto de aulas ou programa de uma disciplina, que será realizada, por escrito, de acordo com as seguintes normas:

I - a comissão julgadora organizará uma lista de dez temas, com base no programa do concurso;

II - a comissão julgadora dará conhecimento dessa lista ao candidato;

III - o candidato escolherá o ponto uma hora antes da realização da prova, podendo utilizar esse tempo para consultas;

IV - findo o prazo mencionado no inciso III, o candidato terá duas horas para elaborar o texto;

V - cada membro da comissão julgadora poderá formular perguntas sobre o plano ou programa, não podendo ultrapassar o prazo de quinze minutos, assegurado ao candidato igual tempo para resposta.

Demais informações poderão ser obtidas na Assistência Técnica Acadêmica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, no endereço acima citado. (2011.1.486.59.3)